

privado Washington de uma plataforma costeira para ameaçar o Sudão e a Eritreia.

Ainda assim, desde uma perspectiva prática, os planos estratégicos de Washington para controlar o Chifre da África são um completo desastre. Para assegurar o máximo controle sobre os somalis, a Casa Branca decidiu voltar a pôr no poder um veterano senhor da guerra que era profundamente detestado, sem base social no país e dependente de desacreditados clãs guerreiros e criminosos senhores da guerra. Governantes isolados e desacreditados supõem uma frágil ameaça sobre a qual construir políticas estratégicas de intervenção regional (bases militares e missões de assessoramento). Em segundo lugar, Washington optou por utilizar um país vizinho (Etiópia) odiado por toda a população somali para apoiar seu títere nacional. Etiópia havia atacado os somalis até finais de 1979 pela independência de Ogadén, cujo povo se sente próximo aos somalis. Washington confiava no exército invasor do regime de Addis Abeba, que enfrentava crescentes tensões populares e nacionais e era claramente incapaz de sustentar uma ocupação prolongada. Finalmente, Washington contou com as proclamações verbais dos regimes da ASS para enviar tropas com prontidão para proteger seu reinstalado cliente. Os regimes clientes sempre dizem a seus amos imperiais o que estes querem escutar, ainda que sejam incapazes de cumpri-lo total e prontamente. Este é especialmente o caso quando os clientes temem que sua oposição interna e prolongadas e custosas complicações exteriores lhes levem ao descrédito total.

A experiência somali demonstra o abismo entre a estratégica projeção de poder do império e sua capacidade atual para conseguir suas metas. Também exemplifica como os imperialistas, pressionados pelo número de clientes, seus compromissos de “papel” e a conduta servil, falham na hora de reconhecer sua debilidade estratégica frente aos movimentos populares de liberação nacional.

Os esforços de construção do império estadunidense no Chifre da África, especialmente na Somália, demonstram que inclusive com colaboradores de elite e regimes clientes, com exércitos mercenários e aliados regionais da ASS, o império encontra grandes dificuldades para conter ou derrotar os movimentos populares de liberação nacional. O fracasso da política de Clinton na intervenção na Somália de 1993-94 deixou muito claro este extremo.

O custo econômico e humano de invasões militares prolongadas com tropas de terra levou repetidamente o povo estadunidense a pedir a retirada

(e inclusive a aceitar a derrota) como se provou na Coreia, Indochina e, cada vez mais, no Iraque.

O apoio diplomático e financeiro, incluídas as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas e as equipes de assessores militares, não são suficientes para estabelecer regimes clientes estáveis. A precariedade dos mercenários impostos, como a ditadura do senhor da guerra Yusuf, demonstra os limites dos mandatos das Nações Unidas patrocinados pelos EUA.

A experiência somali na falida construção do império revela outro lado mais obscuro ainda do imperialismo: a política de “governar ou arrasar”. O fracasso do regime de Clinton para conquistar a Somália foi seguido de uma política de tentar enfrentar um brutal senhor da guerra contra outro, aterrorizar a população, destruir o país e sua economia, até a ascensão da União de Tribunais Islâmicos. A política de “governar ou arrasar” é a que está sendo seguida atualmente no Iraque e no Afeganistão e será posta em marcha com o iminente ataque marítimo e aéreo dos EUA contra o Irã, com o apoio de Israel.

As origens das políticas de “governar ou arrasar” têm suas raízes no fato de que as conquistas dos exércitos imperiais não conseguem instaurar regimes populares, legítimos e estáveis. Ao ser produto da conquista imperial, estes regimes clientes são instáveis e dependem de exércitos estrangeiros que os sustentem. A ocupação exterior e as conseqüentes guerras com os movimentos nacionalistas provocam oposição massiva. A resistência das massas produz a repressão imperial sobre populações inteiras e sua infra-estrutura. A incapacidade para estabelecer uma ocupação estável e um regime cliente leva de forma inevitável a que os governantes imperiais decidam arrasar o país inteiro com o pensamento último de que um adversário débil e destruído supõe um consolo para uma guerra imperial perdida.

Frente ao aumento de estados e movimentos antiimperialistas laicos e islâmicos, ao possuir numerosos regimes clientes no Norte de África e o grupo da ASS, Washington está organizando um comando militar estadunidense para a África. O Comando África servirá para intensificar o controle de Washington sobre as forças militares africanas e acelerar seu envio quando necessitar reprimir movimentos de independência ou derrocar regimes antiimperialistas. Dada a ampla e muito competitiva presença de comerciantes, investidores e programas de ajuda chineses, Washington está reforçando seus aliados confiáveis entre as elites e generais clientes africanos³¹.

A luta pela Palestina

Luiz Bernardo Pericás*

A prolongada crise entre Israel e o povo palestino, que se agravou em anos recentes a partir da segunda Intifada e da vitória eleitoral do Hamas em 2006, em realidade, tem suas origens há mais de cem anos, e só pode ser compreendida a partir de uma perspectiva histórica. Desde o século XIX, a crescente atuação de grupos sionistas europeus interessados no “retorno” dos judeus ao território palestino já gerava conflitos com a população árabe local. É bom lembrar que em 1852, só havia por volta de 11.800 judeus na Palestina. Esse número subiu um pouco nas décadas subseqüentes, atingindo, em 1880, aproximadamente 24.000, de uma população total de 500.000 habitantes. No período de 1880 a 1914, contudo, as movimentações migratórias israelitas por todo o continente europeu aumentam. Após uma onda anti-semita na Rússia (explicitada pelos pogroms czaristas) e com uma diversidade de leis restritivas em alguns países da Europa Oriental, começa a haver um maior interesse na constituição de colônias agrícolas judaicas na Palestina, que lentamente irão receber, nessa época, diversos grupos de judeus provenientes dessas nações; paralelamente, ocorrerá também uma leva migratória israelita para a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Esse período coincide com a criação de diversas ligas anti-semitas, com o I Congresso Anti-semita Internacional na Alemanha (1882) e com a reação dos sionistas, que irão realizar encontros na segunda metade da década de 1890, na Basileia, estabelecendo comitês executivos responsáveis por organizar a colonização agrícola da Palestina. A idéia do “retorno”, portanto, estava extremamente associada, de um lado, aos preconceitos e perseguições anti-semitas na Europa, e de outro, à tentativa de construção de um “lar” onde os judeus pudessem viver sem ser atacados (e que supostamente possibilitasse a construção, posteriormente, de um Estado nacional seguro e independente).

Em 1907, será constituído em Jaffa um gabinete para estruturar a colonização, que já vinha sendo realizada lentamente com o dinheiro do barão

Edmond de Rothschild e do “Fundo Nacional Judeu”, estabelecido pelo V Congresso Sionista. Quando começa a Primeira Guerra Mundial, já existiam 44 colônias agrícolas judaicas na Palestina; e em 1917, quase no final do conflito na Europa, é divulgada a Declaração Balfour, feita pelo governo inglês, que garantia a livre colonização da região por israelitas, que nesse momento já contavam com aproximadamente 60.000 habitantes naquele território¹.

Depois da Primeira Guerra Mundial, a partilha imperialista do Oriente Médio daria para a Inglaterra, como zonas de influência, a Mesopotâmia (Iraque), a Palestina e a Jordânia, e para a França, a Síria e o Líbano. Já nessa época as companhias industriais e comerciais européias começariam a intervir pesadamente no mundo árabe, especialmente interessadas no controle das jazidas petrolíferas da região.

Temos de recordar, contudo, que o movimento sionista internacional ainda era pequeno e fraco em relação a outras alternativas para os hebreus, como o Bund e a emigração a outros países, como os Estados Unidos. Esse fato pode ser explicitado nos números da emigração à Palestina na época. Durante a administração do Império Otomano, entre 1881 e 1917, de uma emigração total de 3.177.000 judeus europeus, apenas 60.000 foram à Palestina. Já na época do controle britânico, depois da Primeira Guerra Mundial, no período de 1919 até a criação do Estado de Israel, em 1948, de uma emigração de 1.751.000 pessoas, 487.000 se mudaram para a região². Na prática, foi só após as perseguições nazistas que a emigração para o Oriente Médio aumentou significativamente.

Os ingleses, sabendo da delicada situação local, haviam publicado o *Livro Branco*, em 1922, limitando a imigração judaica e evitando favorecer a criação de uma maioria israelita na região. Mesmo assim, a questão do imperialismo ocidental na

*Doutor em História (USP).

1 Ver STEIN, Leonard. *The Balfour Declaration*. Londres: Vallentine and Mitchell, 1961.

2 Para mais informações sobre o contexto histórico da questão palestina, ver CHALIAND, Gérard. *A resistência palestina*. Porto: Editorial Inova, 1970; GABBAY, R. E. *A Political History of the Arab-Jewish Conflict*. Genebra: s/e, 1959; HADAWI, Sami. *Bitter Harvest, Palestine Between 1914-1967*. Nova

Iorque: The New York Press, 1967; KERR, M. *The Arab Gold War, A Study of Ideology in Politics*. Londres: Oxford University Press, 1965; e SCHWARTZ, W. *The Arabs in Israel*. Londres: Faber and Faber, 1959.

Palestina não passou despercebida de críticos mais sofisticados. O jornalista e teórico político peruano José Carlos Mariátegui, um dos pais do marxismo latino-americano, no artigo *La misión de Israel*, publicado em 3 de maio de 1929 no *Mundial*, criticava as ambições sionistas e apontava os problemas e os perigos da criação de um Estado israelense. Dizia ele:

“Se alguma missão atual, moderna, tem o povo judeu, esta é a de servir, através de sua atividade ecumênica, à chegada de uma civilização universal. Se pode crer o povo judeu em sua predestinação, tem de ser na de atuar como levedura internacional de uma nova sociedade. Eis aqui como, em meu juízo, se coloca a questão, antes de tudo. O povo judeu, que eu amo, não fala exclusivamente hebreu nem yiddish; é poliglota, viajante, supranacional. Por identificar-se com todas as raças, possui os sentimentos e as artes de todas elas. Seu destino se mesclou ao de todos os povos que não o repudiaram (e também aos daqueles que o trataram como hóspede odioso, cujo nacionalismo deve seu caráter, em grande parte, a esta clausura). O mais alto valor de Israel no plano mundial está em sua variedade, em sua pluralidade, em sua diferenciação, dons por excelência de um povo cosmopolita. Israel não é uma raça, uma nação, um Estado, um idioma, uma cultura; é a superação de todas estas coisas ao mesmo tempo, para tornar-se algo tão moderno, tão desconhecido, que todavia não tem nome. Dando uma nova acepção a este termo, podemos dizer que é um complexo. Um complexo supranacional, a trama elementar, primária, ainda solta, de uma ordem ecumênica.

As burguesias nacionais (a britânica em primeiro lugar) queriam reduzir os judeus a uma Nação, a um Estado. Esta atitude não é, quiçá, subconscientemente, senão a última perseguição de Israel. Perseguição hipócrita, diplomática, parlamentar, sagaz, que oferece aos judeus um novo “ghetto”. Na idade da Sociedade das Nações e do imperialismo em grande estilo, este novo “ghetto” não podia ser menor que a Palestina; nem podia faltar-lhe o prestígio sentimental da terra de origem. O “ghetto” tradicional correspondia tipicamente à Idade Média: à idade das cidades e das comunas. Nacionalistas leais, de povos de agudo anti-semitismo, confessaram mais ou menos explicitamente, sua esperança de que o nacionalismo de Israel libere suas pátrias do problema judeu. (...) A construção de um Estado judeu, ainda que não pese sobre ele a proteção,

aberta ou oculta, de nenhum Império, não pode constituir a ambição de Israel hoje, já que sua realidade não é nacional, mas sim, supranacional. O tamanho e o objetivo desta ambição têm de ser muito maiores. (...) Seria um signo de decadência e de fadiga, que se esforçasse em procurá-lo nesta época do Super-Estado. (...) O patriotismo judeu já não pode mais se resolver no nacionalismo. E ao dizer não pode, não me refiro a um dever, senão a uma impossibilidade.

Porque o perigo da tentação sionista não existe a não ser para uma parte dos judeus. A maior parte dos judeus já não pode escolher seu destino: uns estão firmemente comprometidos na empresa do capitalismo; outros, empenhados a fundo na empresa da revolução. Sião, o pequeno Estado criado para restabelecer Israel na Ásia, no Oriente, não deve ser nada mais que um lar cultural, uma terra de experimentação.

A Palestina não representa senão o passado de Israel. Não representa sequer sua tradição, porque desde o princípio de seu ostracismo (isto é, há muitos séculos), a tradição e a cultura de Israel estão feitas de muitas coisas mais. Israel não pode renegar a cristandade nem renunciar ao Ocidente para fechar-se, carrancuda e grosseiramente, em seu solar nativo e em sua história pré-cristã.

Israel, em vinte séculos, ligou seu destino ao do Ocidente. E hoje, quando a burguesia ocidental (como Roma em seu declínio, renunciando a seus próprios mitos) busca sua saúde em êxtases exóticos, Israel é mais Ocidente que o próprio Ocidente”.³

Mas se Mariátegui via num suposto Estado israelense uma impossibilidade histórica por ser voltado ao passado, os acontecimentos demonstraram que os objetivos dos sionistas e do imperialismo inglês (e mais tarde, norte-americano), poderiam ser outros, bem diferentes. O que se percebeu é que os vínculos ocidentais não só se mantiveram, mas se aprofundaram. Ou seja, um Estado *ocidental*, moderno, capitalista, que pudesse representar os interesses de algumas grandes potências no Oriente Médio e garantir sua posição estratégica na região. Ainda demoraria para que esse painel se configurasse mais claramente, o que viria a ocorrer só algumas décadas mais tarde. Em outro artigo, *El problema de Palestina*, publicado em 30 de agosto de 1929, JCM afirmava:

“O conflito entre árabes e judeus na Palestina, ostensivo e manifesto desde que se iniciou, sob o auspício da Grã-Bretanha, a organização do Estado sionista, entrou numa etapa de crise aguda. Os árabes se propõem, ao que parece, à

destruição das colônias fundadas na Palestina pelos judeus. (O ataque foi particularmente encarniçado contra a nova cidade hebréia de Tel Aviv). Em todo caso, reagiram violenta e barbaramente contra o restabelecimento dos judeus num território historicamente seu, mas dos quais longos séculos de ostracismo haviam cancelado seus títulos materiais de propriedade. (...)

Os judeus são, no território da Palestina, uma minoria nacional. Após dez anos de propaganda sionista, não se decidiram à repatriação senão uma parte das massas (aquelas mais brutalmente hostilizadas pelo anti-semitismo na Europa Central) e alguns grupos de estudantes e intelectuais, misticamente enamorados pelo ideal da ressurreição da pátria judia. A população árabe invoca seu direito de posse, contra os títulos tradicionais da população judia que se instala no território palestino. E a Grã-Bretanha, obrigada a prestar garantias à formação do lar nacional judeu (por estar esse território sob seu protetorado), se vê diante de um problema gravemente complicado para sua política colonial. A declaração Balfour a empenhou além de suas possibilidades. Uma enérgica intervenção britânica a favor dos judeus excitaria, contra o domínio britânico, não só os árabes da Palestina, mas todo o mundo muçulmano. A Grã-Bretanha teme que a questão sionista se converta num motivo a mais de agitação antibritânica de todos os povos maometanos que formam parte de seu imenso império oriental. A função do protetorado britânico na Palestina tem de se inspirar, assim, no interesse de dar garantias aos árabes, até quando formalmente se propõe dar garantias aos judeus. O jogo desses interesses contraditórios paralisa a ação britânica. A Grã-Bretanha está demasiadamente familiarizada com essas antinomias, com essas dualidades em sua política. A “hipocrisia da loira Albion” é um dos mais velhos lugares comuns da história moderna. Mas acontecimentos como os que se desenvolvem atualmente na Palestina diminuem os limites de sua habilidade. A organização oficial sionista, ainda que incondicionalmente enfeudada à política britânica – conduta que a fez perder toda influência sobre grandes massas judias –, se viu obrigada a formular reivindicações que demonstram como é artificial a construção do lar nacional israelita. A Grã-Bretanha quer ser a fada madrinha do Estado sionista. Mas não é capaz nem de reconhecer aos judeus uma verdadeira independência nacional

4 Ver MARIÁTEGUI, José Carlos. “El problema de Palestina”. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Figuras y aspectos de la vida mundial III*. Lima: Biblioteca Amauta, 1987, págs. 62 a 64.

(uma efetiva soberania no território da Palestina), nem de protegê-los contra a reação árabe, com sua autoridade e poder imperiais”.⁴

Nos anos 1930, os problemas locais se agudizariam, à medida que uma grande vaga de judeus fugindo da Alemanha chegava à Palestina. Para se ter uma idéia, em 1931, de uma população de 1.036.000 habitantes, 175.000 eram israelitas. Mas o nazismo empurrou mais 200.000 hebreus para a Palestina na segunda metade daquela década. É nessa época que aumenta também a atuação da Haganah, a organização sionista criada em 1920, que constituiu um braço armado com o objetivo de estabelecer um exército próprio para proteger os interesses de seus colonos. Como se pode imaginar, os árabes não estavam contentes com o constante influxo de europeus em suas terras, e as tensões entre as duas populações cresceram.

No final da década de 1930, seria publicado na Inglaterra outro *Livro Branco*, no qual se estipularia a quantidade máxima de 75.000 judeus que poderiam ingressar na Palestina até 1944, e que, depois desse período, qualquer imigração deveria ser aprovada pelos árabes. Na prática, contudo, não foi isso o que ocorreu. Entre 1939 e 1948, aproximadamente 153.000 israelitas foram para a Palestina, ao mesmo tempo em que grupos terroristas clandestinos, como a Irgun e o Stern, combatiam os ingleses e os árabes, com o objetivo de criar um Estado nacional autônomo. A Irgun (Etzel), que atuaria de 1931 a 1948, seria o embrião, o predecessor político do partido Herut, que mais tarde daria origem ao direitista partido Likud.

Com a retirada britânica da região e a transferência das responsabilidades para as Nações Unidas, depois da guerra, começa a se desenhar um projeto de partilha e criação de um Estado judeu, sem qualquer consulta à população árabe local, verdadeira dona daquelas terras. Em 29 de novembro de 1947, a ONU divide o território palestino, tendo como zona neutra a cidade de Jerusalém. Os árabes, que eram 1.300.000 na ocasião, ficariam com apenas 11.500 km², enquanto os 700.000 judeus ganhariam 14.500 km² de território.

Os árabes continuarão a empreender uma luta contra a ocupação sionista, que levará a represálias dos judeus. Em 1947, um grupo da Irgun foi o responsável pelo massacre de 254 palestinos do vilarejo de Deir Yassin, com a clara intenção de expulsar os moradores da região e impor um povoamento exclusivamente judaico no local. É importante recordar que não era a intenção da liderança sionista criar um Estado com uma grande

3 Ver MARIÁTEGUI, José Carlos. “La misión de Israel”. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Figuras y aspectos de la vida mundial III*. Lima: Biblioteca Amauta, 1987, págs. 32, 33, 35 e 36.

proporção de árabes, nem tampouco defender a coexistência pacífica com o povo palestino. Para os dirigentes israelitas, aquela era “sua” terra. Isso significa dizer que uma massa de árabes, dentro e fora das fronteiras de Israel, poderia representar uma ameaça, um perigo à sobrevivência do país.

Desde a fundação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, o mito do “retorno” e as falsificações sobre a existência e os direitos dos palestinos foram incentivados e divulgados em todo o mundo. A máquina de propaganda do Estado israelense tentou mostrar os palestinos, para o público internacional, como cidadãos de segunda classe. Toda a luta palestina (legítima, por sinal) foi associada ao terrorismo e à brutalidade. Aqueles que antes haviam sido vítimas de preconceitos e perseguições se tornaram os carrascos e mantiveram uma contínua política de massacres às populações civis palestinas.

O Estado de Israel recebe em torno de US\$ 5 bilhões anuais dos Estados Unidos. Isso, sem contar com o dinheiro proveniente de doações da direita evangélica e dos judeus norte-americanos. Grande parte do capital recebido vai para as Forças Armadas e para o aparato de segurança israelense, que compram *bulldozers* e equipamento militar sofisticado.

O orçamento militar de Israel é de US\$ 10 bilhões anuais. Ainda recebe “suplementos” financeiros de Washington, que podem chegar a US\$ 45 milhões. Na atualidade, os israelenses têm em torno de 120 F-15, 238 F-16, 50 F-4 Phantoms, 50 helicópteros de ataque, 120 helicópteros de transporte, 20 C-130 Hércules e 5 aviões tanque Boieng 707, para abastecimento no ar. Isso sem contar com todo o resto das Forças Armadas, entre tanques, navios e mísseis, em grande parte, de fabricação e tecnologia israelenses.⁵

A política tradicional dos governos de Israel ao longo dos anos tem sido a de destruir casas, expulsar famílias de suas terras, aumentar as taxas de desemprego entre os palestinos, criar assentamentos ilegais e massacrar populações civis, conseqüentemente levando muitos jovens sem perspectivas a cometer atos radicais e desesperados, como os atentados suicidas, por exemplo. Boa parte da população foi forçada a viver em campos de refugiados na Síria, em Gaza, na Jordânia e no Líbano, em condições precárias. Esses “campos”, que chegam a ter até 6.000 pessoas, se caracterizam por

centenas de casas de zinco, pedra, tijolo e cimento; são casas apertadas, com quartos de 3 a 4 metros quadrados cada um, nas quais até 15 pessoas convivem diariamente em estado de completa miséria. Enquanto isso, há 150 assentamentos ilegais na Cisjordânia, onde 300.000 colonos vivem com o apoio do governo.⁶

A disparidade entre Israel e os palestinos é imensa. Com um PIB de US\$ 150 bilhões em 2007, aquele país tem cidades modernas e as melhores universidades e centros médicos do Oriente Médio. O contraste é claro aqui. Atualmente Israel tem 1,3 milhão de árabes e 5,4 milhões de judeus, isso sem contar com Gaza e Cisjordânia, que possuem uma população de 3,4 milhões de habitantes. De acordo com estimativas de Sergio Della Pergola, em 2020, os judeus serão apenas 47% da população entre o rio Jordão e o Mediterrâneo. Isso significa dizer que a criação de um Estado “único” entre palestinos e israelenses é cada vez uma impossibilidade maior. Afinal, os israelenses não poderiam arriscar (em eleições onde cada homem vale um voto) perder o controle judeu do país, este representando o principal sentido da existência daquela nação. Ainda assim, pesquisa recente indica que 44% dos israelenses estariam dispostos a sair de Israel se tivessem melhores condições de vida em outros países. Para se ter uma idéia, hoje em dia, há 500.000 israelenses vivendo só nos Estados Unidos.⁷

Cada povo utiliza as formas de luta necessárias e que condizem com sua localização geográfica e período histórico específicos. Por isso, ao longo dos anos foram criadas várias organizações para combater pela libertação da Palestina. Em 1964, foi fundada a OLP, durante o encontro árabe ocorrido no Egito, com a participação de Nasser e Ben Bella, entre outros, e em seguida, o ELP (Exército de Libertação da Palestina), ou seja, uma organização política e um braço armado, ambos ainda extremamente vinculados aos regimes árabes da região.

No IV Congresso da OLP esse painel começou a mudar, já que contou com a presença do Fatah e da Saika (criada em 1966, a partir do IX Congresso do Baath, uma organização ligada à Síria, de teor “pan-arabista” e com estrutura política e militar menor), dois importantes grupos que começaram a ganhar espaço dentro da organização. O

V Congresso marca um momento especial nesse processo, com o poder político do Fatah aumentando substancialmente dentro da OLP, ao ganhar 33 das 105 cadeiras do Conselho Nacional Palestino. Nesta ocasião, Iasser Arafat foi eleito presidente. A Saika, por sua vez, ficou com apenas 12 representantes.

O Fatah, que começou a ser constituído nos anos 1950 e que inicialmente se preocupava em criar uma organização política que estimulasse uma maior participação da intelectualidade árabe, após 1962 decidiu colocar suas energias na preparação de um grupo militar, a Al-Assifa, e assim, ter mais flexibilidade e liberdade de atuação em relação ao pesado aparelho da OLP. Mesmo sendo em certo ponto um movimento isolado e relativamente pequeno na época, tinha a intenção de mostrar que os palestinos podiam lutar por conta própria e com seus próprios militantes. O Fatah cresceu com os anos, e depois de muitas derrotas e vitórias, tornou-se o principal grupo dentro da OLP.

Também surgiram outros grupos importantes. Fundada em 1967, a FPLP (Frente Popular de Libertação da Palestina), parte do Movimento Nacionalista Árabe, inicialmente tinha bastante proximidade com o nasserismo. Um ano depois de sua criação, começou a treinar de 1.000 a 3.000 guerrilheiros e se uniu à OLP, tornando-se a segunda maior facção daquela organização. Nessa época, seus principais dirigentes e ideólogos começaram a se definir como marxista-leninistas. George Habash, seu líder e fundador, era assumidamente um grande admirador das idéias de Che Guevara. Esta organização sempre acreditou num Estado único, árabe, em todo o território que hoje compreende Israel, Gaza e Cisjordânia, no qual os judeus pudessem viver como cidadãos, sendo respeitados como minoria local. Defendia o retorno de todos os palestinos a seus lares de antes de 1948, e via a Palestina como ponto de partida para algo maior, a unificação árabe.

A FPLP sofreu cisões, que provocaram a constituição, em 1968, da FPLP-Comando Geral; em 1969, da FDPLP (Frente Democrática Popular de Libertação da Palestina), dirigida por Nayef Hawatmeh e Yasser Abd Rabbo, organização maoísta, que demonstrava admiração pelas experiências chinesa, vietnamita e cubana; e em 1972, da Frente Revolucionária Popular para a Libertação da Palestina. Todos estes, grupos seculares e armados.

Enquanto o Fatah via a FDPLP como sectarista, esta achava que a organização de Iasser Arafat direitista, acreditando que ela não fazia o suficiente na luta contra o imperialismo nem conseguia envolver as massas palestinas num esquema de guerra popular. Outros grupos, como a Organização Popular e a Liga da Esquerda Revolucionária Palestina mais tarde se incorporaram a esta organização.⁸

Mesmo tendo o apoio relativo da população e vários combatentes, a FDPLP encontrava-se constantemente com problemas financeiros e dificuldades em dar continuidade a suas atividades militares. De qualquer forma, foi o primeiro movimento “comunista” revolucionário palestino que não dependia excessivamente da ajuda de outros países e que tinha também maior independência política. Décadas depois, organizações de caráter mais religioso, como as Brigadas dos Mártires da Al-Aqsa, a Jihad Islâmica e a mais influente delas, o Hamas, criado em 1987, vieram a engrossar os grupos que lutavam pela independência e criação de um Estado nacional. Todos esses exemplos indicam várias formas de luta dos palestinos nos planos político e militar.

Os anos mostraram, contudo, que uma solução militar é praticamente inviável, já que o balanço de forças continua sendo muito mais favorável econômica e militarmente para o Estado de Israel. Talvez a melhor forma de luta, nesse caso, fosse a desobediência civil combinada com uma ampla e profunda campanha na mídia ocidental em favor dos palestinos. É fundamental que se mude a percepção do público europeu e norte-americano sobre a questão, para que seja um elemento de pressão importante dentro de seus países de origem. Seria importante também conseguir o apoio de israelenses progressistas realmente interessados numa convivência pacífica e respeitosa entre os dois povos. Há uma boa proporção de israelenses críticos à atual condução política do processo de paz (se é que este é um bom termo), muitos dos quais, inclusive, militares (os chamados *refuseniks*), que se recusam a participar de incursões armadas contra os árabes, conseqüentemente sendo presos e em muitos casos, acusados de traição. Três grandes escritores israelenses têm se destacado na crítica construtiva às políticas do governo de seu país e defendendo não só uma aproximação entre os dois povos, mas a criação efetiva de um Estado palestino. Nesse sentido, o trabalho realizado por A. B. Yehoshua, o “Faulkner

5 Para mais informações sobre as relações entre Estados Unidos e Israel, e a ingerência norte-americana no Oriente Médio, ver MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do império americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

6 Para uma crítica às políticas do Estado de Israel em relação aos palestinos, ver

SAID, Edward. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003; e CONOVER, Ted. “The Checkpoint”. In: *The Atlantic Monthly*, março de 2006, www.theatlantic.com/doc/200805/israel.

7 Ver GOLDBERG, Jeffrey. “Unforgiven”. In: *The Atlantic Monthly*, maio de 2008, www.theatlantic.com/doc/200805/israel.

8 Para mais informações sobre a situação da Palestina e de suas organizações políticas, até o final da década de 1960, ver BERGER, Morroe. *The Arab World Today*. Nova Iorque: Anchor Books, 1964; DODD, P., e BARAKAT, H. *River Without a Bridge, A Study of the Exodus of the 1967 Palestinian Arab Refugees*.

Beirut: The Institute for Palestinian Studies, 1968; GELLHORN, Martha. “The Arabs of Palestine”. In: *The Atlantic Monthly*, outubro de 1961, www.theatlantic.com/doc/200805/israel; e HAIM, Sylvia. *Arab Nationalism, An Anthology*. San Francisco: University of California Press, 1962.

israelense”; David Grossman, comparado a Gabriel Garcia Marquez; e Amoz Oz, fundador do grupo de esquerda *Peace Now*, tem sido admirável e fundamental.⁹ É interessante lembrar também que o número de judeus norte-americanos é maior do que o de cidadãos israelenses. Muitos deles atuam em organizações sionistas naquele país, que fazem pressão através de seu lobby em Washington para aprovar leis favoráveis a Israel. No Congresso dos Estados Unidos, assim como na grande mídia, há uma razoável quantidade de elementos com interesses ligados aos sionistas, divulgando suas versões dos fatos e incentivando a luta contra a população árabe. Para que a situação possa melhorar, um enfoque diferente, mais equilibrado, da grande mídia, mostrando a questão do ponto de vista dos dois lados, seria importante.

Os judeus, como qualquer outro povo, merecem viver com liberdade e dignidade, onde quer que seja. Preconceito, racismo e opressão devem ser combatidos em todas as instâncias. Não se deve nunca confundir o anti-semitismo com as críticas às políticas do Estado de Israel. O povo judeu sempre deu valiosas contribuições a todas as culturas das quais se mesclou. Os israelitas sempre desempenharam um papel extremamente importante dentro da civilização ocidental. Que isso fique bem claro. O povo hebreu certamente sofreu terríveis perseguições por séculos e foi vítima dos horrores monstruosos do Holocausto nazista. Isso é algo que deve sempre ser lembrado para nunca mais ocorrer, assim como as crueldades cometidas contra os negros durante a escravidão no período colonial e o genocídio de índios norte-americanos, para citar alguns exemplos. É inadmissível que perseguições e massacres ainda possam ocorrer contra civis inocentes de quaisquer raças e religiões na atualidade. Esse tipo de prática deve ser atacado. Por isso, qualquer Estado fascista que oprime e mata homens, mulheres e crianças todos os dias deve ser combatido. Muros, cercas e barreiras policiais não resolverão o problema. O destino da Palestina está intrinsecamente ligado ao de Israel, e mesmo com um Estado formal sendo constituído, ainda serão necessários muitos anos para deixar de ser um apêndice econômico de seu vizinho israelense.

O Hamas, ganhador das últimas eleições palestinas, de 25 de janeiro de 2006, e seu braço armado, as Brigadas Izzedine al-Qassam, continuam sendo contra a existência de Israel e mantém um viés “islâmico”, religioso, na condução política de Gaza, região que domina completamente na atualidade, o

que torna muito complicado qualquer possibilidade de negociação com os israelenses. Sua insistência em pregar a destruição de Israel dificulta enormemente a resolução da questão palestina. Desde que mandaram 3.000 homens de suas forças de segurança para “ocupar” Gaza e controlar a faixa politicamente, rompendo o governo de coalizão com o Fatah, o Hamas complicou ainda mais o que já estava difícil. O fato é que as eleições foram realizadas dentro dos preceitos democráticos preconizados pelos Estados Unidos. Por causa da extrema corrupção do Fatah e da consolidada máquina política e militar do Hamas, este último ganhou o pleito, o que mostra o crescimento, nos anos recentes, do islamismo religioso radical entre as populações mais pobres, que parecem, em alguma medida, abandonar uma saída “secular” para a crise. Religião e nação, neste caso, parecem se tornar parte de um só sistema. O Fatah conquistou 45 cadeiras no Parlamento, o Hamas, 74 e a FPLP, apenas 3 lugares. Esta última organização é forte em Ramallah, nos distritos orientais e subúrbios de Jerusalém e Belém, e no distrito de Refideh, em Nablus. Tem pouca força no resto da Cisjordânia e nenhuma em Gaza. Nas eleições legislativas de 2006, ganhou apenas 4,2% do voto popular. O principal apoio da FPLP continua sendo o da classe média urbana, árabes cristãos e organizações estudantis universitárias. Mas as massas, principalmente de Gaza, parecem preferir seguir as organizações com um claro viés religioso. Ainda assim, uma pesquisa recente do jornal *Haaretz* indica que 64% dos israelenses apóiam negociações diretas entre seu governo e o Hamas. A percepção da população daquele país certamente está mudando.¹⁰

Enquanto as diferentes facções e organizações políticas palestinas não entrarem num acordo e conseguirem conviver harmonicamente entre si, dificilmente conseguirão representar uma Palestina unida e politicamente viável nas negociações com os israelenses. A única solução possível para este conflito, de qualquer forma, é inequivocamente a criação, o quanto antes, de um Estado palestino “laico”, independente e soberano.

Em nome da Ordem Democrática e da Reconciliação Nacional: Igreja Católica e imperialismo na América Latina – o caso chileno*

Ana Lima Kallás**

Nosso objetivo neste artigo é analisar o papel político desempenhado pela Igreja Católica na América Latina no contexto do pós-revolução cubana, considerando a sua participação ativa ao longo da nova etapa do processo de modernização capitalista iniciada na região após a Segunda Guerra Mundial. Entendendo a instituição católica como um importante aparelho privado de hegemonia na sociedade moderna, de caráter transnacional e de organização hierárquica, partimos da hipótese de que desde o início da década de 1950 a Igreja, em função de suas particularidades, se constituiu de fato em um importante sujeito difusor da política imperialista para a América Latina. Por apresentar-se como instituição “neutra”, portadora de um discurso “cultural universalizante”¹ e obscurecer suas conexões com interesses políticos, sociais e econômicos contingentes, a Igreja seria um canal mais eficiente que os partidos, o Parlamento e as Forças Armadas para legitimar estratégias de preservação da ordem capitalista numa conjuntura de bipolaridade.

Nesse sentido, é nosso intento discutir o fato de que, no pós-revolução cubana, os distintos posicionamentos políticos da Igreja em relação aos regimes de colaboração de classes da região (em sua maioria populistas) corresponderam, no essencial, às diferentes posturas do imperialismo e das classes dominantes nativas frente a esses mesmos regimes. Em outras palavras, abordaremos como a mudança de estratégia política por parte do imperialismo face aos regimes colaboracionistas da América Latina, motivada pelo acirramento da luta de classes, encontrou uma expressão, com todas as mediações e particularidades devidas, na inflexão da política eclesiástica relativa aos governos nacional-reformistas do continente. Após o fracasso do projeto

da Aliança para o Progresso levado a cabo pelo governo Kennedy e com o desgaste dos regimes populistas, a Igreja Católica passaria a ocupar um lugar central na estratégia de legitimação moral (e política) das saídas golpistas que ganharam terreno nas décadas de 60 e 70.

Dedicaremos neste breve artigo uma especial atenção ao caso chileno por considerá-lo exemplar no que se refere ao processo descrito acima. A alta hierarquia católica do país ofereceu sua legitimação “espiritual” tanto para as estratégias “reformistas” de contenção do comunismo adotada pelo imperialismo em um primeiro momento, quanto para as estratégias golpistas adotadas por este último em um outro momento. O apoio da Conferência Episcopal do Chile ao governo de Eduardo Frei (1964-1970) - da Democracia Cristã (DC), foi uma expressão fiel das novas posturas políticas adotadas por uma instituição que saíra “reformada” do Concílio Vaticano II (1962-1965) – e, no que tange particularmente à Igreja latino-americana, da Conferência de Medellín (1968). Do mesmo modo, o ingresso do episcopado chileno, a partir de setembro de 1972, na frente de oposição ao governo de Salvador Allende (1970-1973), que buscava (e conseguiu) derrubá-lo, foi a prova de que, quando o conflito de classes sob o governo da Unidade Popular (UP) tornou-se incontornável, a Igreja Católica, tal como o conjunto das forças imperialistas, enxergou na saída golpista a única alternativa possível para superar o estado de “desordem” e resgatar a “tradição democrática” chilena.

Nos debruçaremos, portanto, sobre a relação da alta hierarquia católica com estes governos a partir da análise dos pronunciamentos oficiais proferidos pela Conferência Episcopal do Chile (CECH) entre

9 GOLBERG, Jeffrey. “Unforgiven”.

10 PAULO HENRIQUE. “Heróis ou terroristas”. In: *Correio do Icarabe*, Ano 4, No. 143, de 10 a 16 de abril de 2008.

* Este artigo é parte de minha dissertação de mestrado intitulada *A Paz Social e a Defesa da Ordem: a Igreja Católica, o governo Allende e o golpe militar de 1973*, realizada no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ.

** Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

1 Esta idéia é apontada, porém não desenvolvida, pelo autor Hernán Vidal em *Las capellanías castrenses durante la dictadura. Hurgando en la ética militar chilena*. Santiago: Mosquito Comunicaciones, 2005. p.38.